



CONTRARRAZÕES RECURSAIS

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO



DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE
ÁGUA E ESGOTO DE ARARAQUARA

Protocolo: 000556/2023 - 06/03/2023 10:52:58

Assunto: CONTRARRAZÕES AO RECURSO - PREGÃO
PRESENCIAL 004/2023

Nome: E.F.P. PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

E.F.P PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 02.753.019/0001-34, com sede Rua Galileu Galilei, 830, Parque Residencial São Paulo, Araraquara/SP, ora representado por seu sócio e administrador **EDSON FERREIRA PONTES**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 56.318.015-8, inscrito no CPF sob nº 879.553.344-34, residente e domiciliado na Rua Galileu Galilei, 830, Parque Residencial São Paulo, Araraquara/SP, vem, mui respeitosamente presença de Vossa Senhoria apresentar



CONTRARRAZÕES AO RECURSO

Interposto pela empresa **KW LIMA SERVIÇOS LTDA** no Pregão Presencial nº 004/2023, Processo nº 091/2023, cujo objeto trata-se de Prestação de Serviços de Portaria nos próprios do Daae, bem como em outros que venham a surgir, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes nos anexos do edital, pelos motivos de fato e de direito abaixo expostos.

Requer o recepcionamento e processamento da presente resposta ao recurso, com a finalidade de indeferir o recurso interposto, uma vez que o mesmo não aduz a veracidade dos fatos, sendo o presente recurso meramente protelatório.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Araraquara, 04 de março de 2023.

Dra. Patricia Barbosa dos Santos

OAB/SP 331.539

EDSON FERREIRA
PONTES:8795533
4434

Assinado de forma digital
por EDSON FERREIRA
PONTES:87955334434
Dados: 2023.03.06 10:27:34
-03'00'

Edson Ferreira Pontes

Socio Administrador

CONTRARRAZÕES AO RECURSO



Pregão Eletrônico nº 004/2023

Processo nº 091/2023

Objeto: Prestação de Serviços de Portaria nos próprios do Daae, bem como em outros que venham a surgir, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes nos anexos do edital.

Recorrente: Kw Lima Serviços Ltda

Recorrido: E.F.P. Prestadora de Serviços LTDA

1. DOS FATOS:

Alega a Recorrente em apartada síntese, que a licitante vencedora, ora recorrido, apresentou modelos de planilhas incoerentes, pela falta de apresentação de documento no envelope nº 1 - Proposta e envelope nº 2 - habilitação, o que não aduz a veracidade dos fatos, conforme passo a expor:

2. DAS ALEGADAS IRREGULARIDADES

2.1. REFERENTE A DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO, O ITEM V- OUTRAS COMPROVAÇÕES.

Antes de adentrarmos ao mérito da exigência da declaração de nº 5 referente a habilitação, insta salientar que ao contrário do alegado pela empresa recorrente, houve a apresentação da mesma no ato do certame a qual foi lavrada de próprio punho e realizada pelo representante da empresa, tendo a recorrida cumprindo estritamente o previsto no edital.

V - OUTRAS COMPROVAÇÕES:

a) Apresentar as declarações referentes aos modelos em anexo de nºs 01, 04 e 05, elaboradas em papel timbrado e subscritas por seu representante legal;

a1) A ausência das declarações exigidas no item anterior poderão ser sanada através de lavratura do próprio punho, realizado pelo Representante da Empresa que tenha poderes para exercer direitos e assumir obrigações decorrentes da licitação.

Desta forma, não há que se falar em ausência da apresentação do respectivo documento.

Ademais, apenas a título de conhecimento a declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação não tem amparo legal, senão vejamos:

A Lei nº 8.666/93 vem sendo, reiteradamente, mal interpretada, o que resultou na invenção dessa declaração, cabe, inclusive, citar o entendimento do Tribunal de Contas da União a esse respeito:

“Não exige a Lei de licitações comunicação de inexistência de fato impeditivo, apenas disciplina a apresentação de declaração quando o licitante toma ciência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

Logo, não há amparo legal para se requerer declaração de superveniência de fato impeditivo de habilitação em processo licitatório. (...)

É correto exigir que o licitante apresentou declaração declarada somente se tiver conhecimento da existência de fato superveniente que o impeça de se habilitar em procedimentos de licitações públicas.

(TRIBUNAL de Contas da União. Licitações & contratos: orientações e jurisprudência do TCU. 4.ed. Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações.)

Desta forma, diante de todo o exposto, não há que se falar em ausência da apresentação do respectivo documento e consequentemente requer a improcedência do presente recurso.

2.2. DO CONTEUDO DO ENVELOPE Nº 01 - “PROPOSTA COMERCIAL”

A recorrente aduz em apartada síntese que os documentos apresentados pela empresa recorrida não seguem o modelo disponibilizado juntamente com o edital da presente licitação.

Na sequência segue aduzindo que houve omissão com relação ao item 6.1 constante no Anexo IV - Planilha de Composição de Custos e

Composição de Preços, que trata do IRFF e CSLL, houve previsão de desconto irregular intitulado "Parcela do Trabalhador" e falta de contemplação de alguns benefícios.

Por fim, aduz que não houve a apresentação do Anexo III - Planilha de Composição de Preços, o que claramente não merece prosperar, senão vejamos:

Com relação ao item 6.1 constante no Anexo IV - Planilha de Composição de Custos e Composição de Preços, que trata do IRFF e CSLL, insta salientar que a participação nos lucros é objeto de negociação entre a empresa e seus empregados, visando o aumento da produtividade, a redução dos custos e, por consequência, o aumento dos lucros.

Trata-se, como se vê, exclusivamente de uma relação entre a empresa e seus funcionários, que não envolve a eventual contratante do serviço prestado pela empresa.

Desta forma, não pode, assim, ser considerada custo de venda dos serviços.

Diferente é a relação entre a Administração e a empresa contratada, a qual todas as parcelas que integram a remuneração do contratado devem estar previstas no edital e no contrato dele decorrente, de tal forma que haja uma justa remuneração pelos serviços prestados. Se a empresa contratada inserisse na remuneração de seus empregados uma parcela referente à participação nos lucros, introduziria um elemento de incerteza incompatível com os rigores exigidos nas contratações públicas, na medida em que não há definição prévia nem quanto à ocorrência da participação nos lucros em si (condicionada que está à existência de resultado positivo), nem quanto aos valores a serem transferidos aos empregados.

De acordo com mesmo entendimento, segue trecho da Decisão proferida no Acórdão nº 3336/202 - Plenário, TC-018.784/2012-7, Redator Ministro José Múcio Monteiro, 5.12.2012, "in verbis".

"o benefício [concedido] aos empregados de empresas que prestam serviços continuados à Administração, previsto em Convenção Coletiva de Trabalho como participação nos lucros e resultados, não é considerado custo da venda dos serviços, uma vez que se trata de obrigação exclusiva do empregador; 9.2.2. o pagamento da participação dos lucros e resultados aos empregados vinculados aos contratos de prestação de serviços contínuos deve ser exclusivamente assumido pela contratada, razão pela qual não pode ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato"

Ademais, à Administração não cabe vislumbrar a estratégia comercial da eventual contratada, muito menos seus artifícios para alcance de metas e objetivos internos a serem distribuídos internamente com seus colaboradores.

No Acórdão 332/2015-Plenário, o TCU entendeu:

“(...) depois de fixado o preço de mercado pela administração, considerando-se, no caso, a carga tributária usual de mercado, e, de acordo com esse critério, fixado o valor do item contratado, não cabe à administração perquirir os custos efetivamente incorridos pelas contratadas de forma a remunerá-la de acordo com esses custos”.

Restou assim registrado que “a carga tributária de cada empresa é matéria intrínseca de sua estrutura administrativa e componente de sua estrutura de custos, a qual não deve servir de base para remunerações contratuais. Caso se entenda de forma diversa, estar-se-ia admitindo que empresas com menor carga tributária (v.g. microempresas e empresas de pequeno porte) deveriam ser remuneradas, pela execução de idêntico objeto contratual, por valores menores do que os auferidos pelas demais empresas. Haveria, de forma indireta, uma interferência nas margens de lucro a serem auferidas nas contratações, o que iria de encontro ao princípio da livre iniciativa”.

Advertidamente, destaque-se o quanto disposto no Art. 9º, PU, inciso I, do DECRETO Nº 9.507, de 21/09/2018, que dispõe sobre a execução indireta de serviços da administração pública federal:

“Art. 9º

Parágrafo único. **A administração pública não se vincula às disposições estabelecidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho que tratem de:**

I - pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados da empresa contratada;” (Destaquei)

O entendimento, portanto, com base na Corte de Contas e na legislação, é de que não se questionam custos efetivos da execução (inclusos participações de lucros distribuídos), considerando que o preço global seja aceitável, que de fato, é o que interessa para a Administração, não prosperando o questionamento ora interposto.

Assim, conclui-se que a Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada pela empresa recorrida, encontra-se de acordo com o determinado no edital.

Ademais, é de suma importância salientar que a empresa recorrida é empresa idônea, estando prestando serviços de forma regular e legal a anos, tendo cumprido fielmente com seus contratos sem nenhuma intercorrência, incluindo com relação aos pagamentos devidos referentes a tributos, sendo inverídicas as alegações de risco de quebra contratual levantada pela recorrente.

Ademais, reitera-se que “a carga tributária de cada empresa é matéria intrínseca de sua estrutura administrativa e componente de sua estrutura de custos, a qual não deve servir de base para remunerações contratuais. Caso se entenda de forma diversa, estar-se-ia admitindo que empresas com menor carga tributária (v.g. microempresas e empresas de pequeno porte) deveriam ser remuneradas, pela execução de idêntico objeto contratual, por valores menores do que os auferidos pelas demais empresas. Haveria, de forma indireta, uma interferência nas margens de lucro a serem auferidas nas contratações, o que iria de encontro ao princípio da livre iniciativa”.

Desta forma, resta evidente que a empresa apresenta o presente recurso apenas com o intuito de tumultuar o certame, uma vez que não teve a sua proposta declarada como vencedora do certame.

Por fim, reitera-se que a empresa recorrida está de acordo com a legislação vigente, seja trabalhista ou tributária, de acordo com a documentação de regularidade fiscal apresentada no certame, não sendo cabível supostas alegações de terceiro servir como base para indeferimento da proposta vencedora da empresa recorrida.

Ressalta-se que já encontra-se pacificado no âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU) que os órgãos da Administração Pública não devem considerar nas planilhas orçamentárias para contratação de serviços (seja sem ou mesmo com dedicação de mão de obra) os custos relativos a IRPJ e CSLL.

No Acórdão nº 38/2018, Plenário, o Min. Rel. Aroldo Cedraz em seu voto consignou:

“9. Cabe esclarecer a recorrente que: (...) v) é irregular a inclusão do IRPJ ou da CSLL nas planilhas de custo ou no BDI do orçamento base de obra. O IRPJ e a CSLL não podem ser repassados ao contratante, dada a sua natureza direta e personalística, não devendo, tais tributos, constar em item da planilha de custos ou na composição do BDI. Nesse sentido estão os Acórdãos 2.886/2013-TCU-Plenário, 1.696/2013-TCU-Plenário, 325/2007-TCU-Plenário, 4.277/2009-TCU-1ª Câmara, etc.” (Destaquei)

Em outra decisão, mais recente e elucidativa, prolatada com natureza de consulta, ou seja, consolidando a jurisprudência, no Acórdão nº 205/2018, Plenário, em Declaração de Voto, o Ministro Vital do Rêgo,

declarou que “converge para o entendimento de que não cabe a inclusão daqueles tributos nos orçamentos de referência elaborados pela administração pública”.

Na sequência com relação a apresentação do Anexo III – Planilha de Composição de Preços, a empresa apresentou corretamente todas as planilhas exigidas no edital, inclusive discriminando todos os postos de trabalhos e respectivas composição de preços, não havendo que se falar em ausência de apresentação de acordo com planilhas anexas ao edital, uma vez que tal fato nunca ocorreu, até porque o edital não disponibilizou modelos de planilhas de cálculos.

Com relação as demais alegação de desconto irregular intitulado “Parcela do Trabalhador” e falta de contemplação de alguns benefícios, tais fatos não merecem prosperar, senão vejamos:

A recorrida ao formular sua planilha de composição de custos e preços o fez de acordo com o Cadterc - Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados, não havendo que se falar em irregularidades.

Ademais, o Acórdão 4621/2009 - Segunda Câmara, o TCU enfrentou um caso em que a empresa havia cotado errado o item “férias” nos Encargos Sociais. O Ministro Relator entendeu que erro na proposta poderia ser considerado “erro formal” porque a sua ocorrência não teria trazido nenhuma consequência prática sobre o andamento da licitação:

"Primeiro, porque não se pode falar em qualquer benefício para a licitante, pois o que interessa tanto para ela quanto para a Administração é o preço global contratado. Nesse sentido, bastaria observar que a licitante poderia ter preenchido corretamente o campo férias e de forma correspondente ter ajustado o lucro proposto de forma a se obter o mesmo valor global da proposta. Segundo, porque o caráter instrumental da planilha de custos não foi prejudicado, pois a Administração pôde dela se utilizar para avaliar o preço proposto sob os vários aspectos legais. Em suma, penso que seria um formalismo exacerbado desclassificar uma empresa em tal situação, além de caracterizar a prática de ato antieconômico. (...)

No Acórdão nº 2784/2012 – Plenário, o voto do 1º revisor, ministro José Múcio, trouxe a seguinte reflexão:

24. ... mesmo nos contratos de serviços continuados, mais flexíveis no que se refere à possibilidade de alteração de preços, e nos quais existe uma relação mais direta entre valores cobrados e custos do contratado, não há obrigatoriedade de que as despesas com mão de obra sejam as constantes da proposta, já que o fator determinante para a alteração de preços é a variação dos custos, e não do lucro (ou prejuízo) auferido pelo contratado, consistente, por

definição, na diferença entre os valores recebidos (preços) e as despesas efetivadas na prestação dos serviços (custos).
(...)

Do ponto de vista das relações de trabalho, os contratos administrativos atendem ao interesse público quando respeitam a legislação trabalhista e os pisos salariais das categorias da mão de obra contratada. (...)

O parecer do MP/TCU vem iluminar o assunto, informando que a apresentação da planilha é necessária como meio de viabilizar a comparação objetiva e avaliar a exequibilidade das propostas em disputa, a análise de compatibilidade dos preços ofertados na licitação com os praticados comumente e o exame de futuros pleitos de reajustes contratuais e aferição do equilíbrio-econômico financeiro do contrato se este for alcançado por eventos imprevisíveis, e não para vincular o contratado quanto aos custos unitários, sujeitos a oscilações próprias da dinâmica do mercado.

Encontramos a mesma linha de entendimento no Acórdão 2420/2013- Primeira Câmara, tendo por relator o Ministro Valmir Campelo.

Citando conclusão em caso anterior, deixou claro que as planilhas de custos servem à avaliação da exequibilidade das propostas oferecidas na licitação, à comparação com os preços de mercado e à aferição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato se este for alcançado por eventos imprevisíveis, não representando, portanto, um compromisso do contratado sobre o quanto ele vai gastar na aquisição dos insumos necessários, incluída aí a mão de obra.

No **Acórdão 332/2015-Plenário 7 **o TCU entendeu:

“Ou seja, depois de fixado o preço de mercado pela administração, considerando-se, no caso, a carga tributária usual de mercado, e, de acordo com esse critério, fixado o valor do item contratado, não cabe à administração perquirir os custos efetivamente incorridos pelas contratadas de forma a remunerá-la de acordo com esses custos”.

Por fim, registrou que “a carga tributária de cada empresa é matéria intrínseca de sua estrutura administrativa e componente de sua estrutura de custos, a qual não deve servir de base para remunerações contratuais.

Caso se entenda de forma diversa, estar-se-ia admitindo que empresas com menor carga tributária (v.g. microempresas e empresas de

pequeno porte) deveriam ser remuneradas, pela execução de idêntico objeto contratual, por valores menores do que os auferidos pelas demais empresas.

*Haveria, de forma indireta, uma interferência nas margens de lucro a serem auferidas nas contratações, o que iria de encontro ao princípio da livre iniciativa". *

A rigor, a empresa poderia ter sido instada a ajustar sua planilha, lá na licitação, deslocando o custo estimado do PLR para o seu lucro, sem qualquer possibilidade de a Administração contratante interferir nessa decisão, desde que os demais custos estivessem cobertos e a proposta fosse considerada exequível.

Por essa linha de interpretação, não se questionam custos efetivos da execução, considerando que o preço global seja aceitável.

Assim, conforme o exposto não há cabimento na impugnação das questões acima expostas.

3. DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, pleiteia-se, respeitosamente, à Vossa Senhoria, que seja, por fim, Julgado improcedente o recurso interposta pela empresa recorrente, uma vez que não aduz a veracidade dos fatos, tendo a empresa recorrida agido no estrito dever legal

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Araraquara, 04 de março de 2023.



Dra. Patricia Barbosa dos Santos

OAB/SP 331.539

EDSON FERREIRA
PONTES:8795533
4434

Assinado de forma digital
por EDSON FERREIRA
PONTES:87955334434
Dados: 2023.03.06
10:26:48 -03'00'

Edson Ferreira Pontes

Socio Administrador

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO

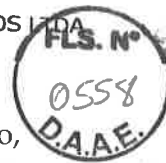


DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE
ÁGUA E ESGOTO DE ARARAQUARA

Protocolo: 000557/2023 - 06/03/2023 10:56:35

Assunto: CONTRARRAZÕES AO RECURSO - AGIL
EIRELI - PREGÃO PRESENCIAL 004/2023

Nome: E.F.P. PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA



E.F.P PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.753.019/0001-34, com sede Rua Galileu Galilei, 830, Parque Residencial São Paulo, Araraquara/SP, ora representado por seu sócio e administrador **EDSON FERREIRA PONTES**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 56.318.015-8, inscrito no CPF sob nº 879.553.344-34, residente e domiciliado na Rua Galileu Galilei, 830, Parque Residencial São Paulo, Araraquara/SP, vem, mui respeitosamente presença de Vossa Senhoria apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO

Interposto pela empresa **AGIL EIRELI** no Pregão Presencial nº 004/2023, Processo nº 091/2023, cujo objeto trata-se de Prestação de Serviços de Portaria nos próprios do Daae, bem como em outros que venham a surgir, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes nos anexos do edital, pelos motivos de fato e de direito abaixo expostos.

Requer o recepcionamento e processamento da presente resposta ao recurso, com a finalidade de indeferir o recurso interposto, uma vez que o mesmo não aduz a veracidade dos fatos, sendo o presente recurso meramente protelatório.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Araraquara, 04 de março de 2023.

Dra. Patricia Barbosa dos Santos

OAB/SP 331.539

EDSON FERREIRA
PONTES:8795533
4434

Assinado de forma digital
por EDSON FERREIRA
PONTES:87955334434
Dados: 2023.03.06
10:28:53 -03'00'

Edson Ferreira Pontes

Socio Administrador



CONTRARRAZÕES AO RECURSO

Pregão Eletrônico nº 004/2023

Processo nº 091/2023

Objeto: Prestação de Serviços de Portaria nos próprios do Daae, bem como em outros que venham a surgir, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes nos anexos do edital.

Recorrente: AGIL EIRELI

Recorrido: E.F.P. Prestadora de Serviços LTDA

1. DOS FATOS:

Alega a Recorrente em apartada síntese, que a licitante vencedora, ora recorrido, apresentou modelos de planilhas incoerentes, com valores inferiores, conforme passo a expor:

2. DAS ALEGADAS IRREGULARIDADES

2.1. COMPOSIÇÃO DE REMUNERAÇÃO A MENOR, IRREGULARIDADES NA COTAÇÃO DO VALE ALIMENTAÇÃO, CESTA BÁSICA, VERBAS RESCISÓRIAS E OUTRAS VERBAS,

A recorrente aduz em apartada síntese que os documentos apresentados pela empresa recorrida não seguem os ditames legais, aduzindo que houve ausência correta da cotação de preços das verbas trabalhistas e encargos, o que não merece prosperar.

A empresa recorrida apresentou corretamente todas as planilhas exigidas no edital, inclusive discriminando todos os postos de trabalhos e respectivas composição de preços e encargos, não havendo que se falar em irregularidades, uma vez que tal fato nunca ocorreu.

Nota-se que ao compor a planilha de encargos sociais e trabalhistas os Percentuais pré-definidos em Leis ou Convenções Coletivas, não foram alterados, apenas foram alterados percentuais de encargos de acordo com a particularidade da empresa recorrida, conforme histórico de ocorrências, como: ausência por enfermidades, ausências legais e aviso prévio indenizado. Onde esses itens são particulares a cada empresa.

Por seguinte declaramos que a EFP Prestadora de Serviços, dará o devido cumprimento a todas as cláusulas contratuais e obrigações trabalhistas.

No mais a decisão do Tribunal de Contas da União (Acórdão 1.407/2014 - TCU -Plenário Acórdão 2.884/2013 - TCU 2ª Câmara e, mais recentemente o Acórdão nº 720/2016 - Plenário), é ilegal a fixação de percentuais mínimos para encargos sociais, pela afronta ao inciso X do art. 40 da Lei 8.666/93, conforme colacionamos abaixo:

Na sequência seguindo mesmo entendimento segue o art. 40 da lei 8.666/93.

Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

X - o 'critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48 (referem-se às propostas com preços inexequíveis)"

Desta forma os custos de rescisão são a realidade da empresa recorrida, no mais declaramos que a EFP Prestadora de Serviços atendeu todas as especificações técnicas dos serviços, pois trabalha com seriedade, e não participam os certames com intuito de aventurar-se com o órgão público, mas exercer um trabalho sério atentando com as obrigações contratuais, trabalhistas e tributárias, sem qualquer incidência de inidoneidade e/ou conduta insidiosa.

Ademais, ao contrario do aduzido pela empresa recorrente todos os custos encontram-se de acordo com a legislação vigente e Cadterc.

A recorrida ao formular sua planilha de composição de custos e preços, o fez de acordo com o Cadterc - Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados, não havendo que se falar em irregularidades.

Nota-se que ao discriminar o preço geral de custos de forma individualizada para cada posto de serviços, a mesma realizou a previsão dos custos de acordo com a legislação vigente, não havendo que se falar em valores cotados a menor.

Ademais, o Acórdão 4621/2009 - Segunda Câmara, o TCU enfrentou um caso em que a empresa havia cotado errado o item "férias" nos

Encargos Sociais. O Ministro Relator entendeu que erro na proposta poderia ser considerado “erro formal” porque a sua ocorrência não teria trazido nenhuma consequência prática sobre o andamento da licitação:

"Primeiro, porque não se pode falar em qualquer benefício para a licitante, pois o que interessa tanto para ela quanto para a Administração é o preço global contratado. Nesse sentido, bastaria observar que a licitante poderia ter preenchido corretamente o campo férias e de forma correspondente ter ajustado o lucro proposto de forma a se obter o mesmo valor global da proposta. Segundo, porque o caráter instrumental da planilha de custos não foi prejudicado, pois a Administração pôde dela se utilizar para avaliar o preço proposto sob os vários aspectos legais. Em suma, penso que seria um formalismo exacerbado desclassificar uma empresa em tal situação, além de caracterizar a prática de ato antieconômico. (...)

No Acórdão nº 2784/2012 – Plenário, o voto do 1º revisor, ministro José Múcio, trouxe a seguinte reflexão:

24. ... mesmo nos contratos de serviços continuados, mais flexíveis no que se refere à possibilidade de alteração de preços, e nos quais existe uma relação mais direta entre valores cobrados e custos do contratado, não há obrigatoriedade de que as despesas com mão de obra sejam as constantes da proposta, já que o fator determinante para a alteração de preços é a variação dos custos, e não do lucro (ou prejuízo) auferido pelo contratado, consistente, por definição, na diferença entre os valores recebidos (preços) e as despesas efetivadas na prestação dos serviços (custos). (...)

Do ponto de vista das relações de trabalho, os contratos administrativos atendem ao interesse público quando respeitam a legislação trabalhista e os pisos salariais das categorias da mão de obra contratada. (...)

O parecer do MP/TCU vem iluminar o assunto, informando que a apresentação da planilha é necessária como meio de viabilizar a comparação objetiva e avaliar a exequibilidade das propostas em disputa, a análise de compatibilidade dos preços ofertados na licitação com os praticados comumente e o exame de futuros pleitos de

reajustes contratuais e aferição do equilíbrio-econômico financeiro do contrato se este for alcançado por eventos imprevisíveis, e não para vincular o contratado quanto aos custos unitários, sujeitos a oscilações próprias da dinâmica do mercado.

Encontramos a mesma linha de entendimento no Acórdão 2420/2013- Primeira Câmara, tendo por relator o Ministro Valmir Campelo.

Citando conclusão em caso anterior, deixou claro que as planilhas de custos servem à avaliação da exequibilidade das propostas oferecidas na licitação, à comparação com os preços de mercado e à aferição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato se este for alcançado por eventos imprevisíveis, não representando, portanto, um compromisso do contratado sobre o quanto ele vai gastar na aquisição dos insumos necessários, incluída aí a mão de obra.

No **Acórdão 332/2015-Plenário 7 **o TCU entendeu:

“Ou seja, depois de fixado o preço de mercado pela administração, considerando-se, no caso, a carga tributária usual de mercado, e, de acordo com esse critério, fixado o valor do item contratado, não cabe à administração perquirir os custos efetivamente incorridos pelas contratadas de forma a remunerá-la de acordo com esses custos”.

Por fim, registrou que “a carga tributária de cada empresa é matéria intrínseca de sua estrutura administrativa e componente de sua estrutura de custos, a qual não deve servir de base para remunerações contratuais.

Caso se entenda de forma diversa, estar-se-ia admitindo que empresas com menor carga tributária (v.g. microempresas e empresas de pequeno porte) deveriam ser remuneradas, pela execução de idêntico objeto contratual, por valores menores do que os auferidos pelas demais empresas.

*Haveria, de forma indireta, uma interferência nas margens de lucro a serem auferidas nas contratações, o que iria de encontro ao princípio da livre iniciativa”. *

A rigor, a empresa poderia ter sido instada a ajustar sua planilha, lá na licitação, deslocando o custo estimado do PLR para o seu lucro, sem qualquer possibilidade de a Administração contratante interferir nessa decisão, desde que os demais custos estivessem cobertos e a proposta fosse considerada exequível.

Por essa linha de interpretação, não se questionam custos efetivos da execução, considerando que o preço global seja aceitável.

Assim, conforme o exposto não há cabimento na impugnação das questões acima expostas, pois a planilha geral de custos foi realizada e cotada de acordo com a legislação vigente.

3. DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, pleiteia-se, respeitosamente, à Vossa Senhoria, que seja, por fim, julgado improcedente o recurso interposta pela empresa recorrente, uma vez que não aduz a veracidade dos fatos, tendo a empresa recorrida agido no estrito dever legal

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Araraquara, 04 de março de 2023.



Dra. Patricia Barbosa dos Santos

OAB/SP 331.539

EDSON
FERREIRA
PONTES:879553
34434

Assinado de forma
digital por EDSON
FERREIRA
PONTES:87955334434
Dados: 2023.03.06
10:29:18 -03'00'

Edson Ferreira Pontes
Socio Administrador